



ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
Programa de Bolsas de Pesquisas Científicas

Letalidade policial e atuação do Ministério Público: um estudo comparativo sobre o controle externo da atividade policial

Projeto de Pesquisa apresentado à Escola do Ministério Público da União (ESMPU) como requisito de participação no processo seletivo de concessão de bolsas.

Eixo temático: Segurança Pública, Criminologia e Cidadania

Edital ESMPU: 0209/2025



Introdução

1.1 Problema de Pesquisa

O problema central desta pesquisa consiste em compreender as dinâmicas da letalidade policial em cinco estados brasileiros e analisar as respostas institucionais construídas em torno desse fenômeno, com especial atenção à atuação do Ministério Público no exercício do controle externo da atividade policial.

A letalidade policial constitui um fenômeno complexo, influenciado por fatores institucionais, territoriais, sociais e organizacionais, que se manifesta de forma distinta nos diferentes contextos estaduais. Além de seus impactos sobre o direito à vida e sobre a confiança nas instituições públicas, o fenômeno mobiliza diferentes interpretações, estratégias de atuação e mecanismos de controle por parte dos atores envolvidos.

Nesse contexto, a pesquisa busca compreender como representantes da segurança pública, do sistema de justiça, do Ministério Público e da sociedade civil percebem a letalidade policial, interpretam suas causas e consequências e avaliam os mecanismos de prevenção, controle e responsabilização existentes. Busca-se, ainda, analisar o papel desempenhado pelo Ministério Público no acompanhamento de casos de letalidade policial e no exercício do controle externo da atividade policial.

A investigação parte da premissa de que a compreensão das dinâmicas da letalidade policial exige não apenas a análise dos fatores associados à ocorrência das mortes decorrentes de intervenção policial, mas também o exame das respostas institucionais construídas pelos diferentes atores envolvidos e dos mecanismos de controle destinados à proteção da vida e à responsabilização estatal.

Dessa maneira, a presente pesquisa propõe uma análise comparativa da letalidade policial em cinco unidades da federação — Distrito Federal, Bahia, Rio Grande do Norte, Amapá e São Paulo — selecionadas por apresentarem diferentes padrões de incidência do fenômeno, bem como distintas configurações institucionais e contextos socioterritoriais. A comparação entre esses estados permitirá identificar fatores institucionais, territoriais e sociais associados à



letalidade policial, além de compreender as estratégias de prevenção, enfrentamento e controle adotadas pelos diversos atores envolvidos.

1.2 Justificativa

A letalidade policial constitui um dos principais desafios contemporâneos para a consolidação do Estado Democrático de Direito no Brasil. Os elevados índices de mortes decorrentes de intervenção policial observados no país têm suscitado crescente preocupação por parte de organismos nacionais e internacionais de direitos humanos, pesquisadores, instituições de controle e movimentos da sociedade civil.

Além da elevada incidência, a letalidade policial apresenta forte seletividade social, racial e territorial, afetando de forma desproporcional pessoas negras, jovens, moradores de periferias urbanas e grupos historicamente vulnerabilizados. Nos estados selecionados para esta pesquisa, observam-se diferenças significativas nos padrões de letalidade policial, indicando a existência de fatores institucionais, territoriais e organizacionais que influenciam a produção e a distribuição desse fenômeno.

A relevância do tema transcende a dimensão estatística. A persistência de elevados índices de letalidade policial coloca em tensão princípios fundamentais do Estado Democrático de Direito, especialmente o direito à vida, a igualdade perante a lei, a legalidade da atuação estatal e a responsabilização por eventuais violações de direitos humanos. Nesse contexto, a condenação do Brasil pela Corte Interamericana de Direitos Humanos no Caso Favela Nova Brasília (2017) reforçou a necessidade de aprimorar mecanismos institucionais de investigação, controle e responsabilização em situações envolvendo o uso letal da força por agentes estatais.

Entre esses mecanismos, destaca-se o papel constitucional do Ministério Público no exercício do controle externo da atividade policial. Nos termos da Constituição Federal, cabe ao Ministério Público fiscalizar a legalidade da atuação policial, promover a responsabilização em casos de abuso e contribuir para o aperfeiçoamento das instituições de segurança pública. Trata-se de uma função estratégica para a garantia dos direitos fundamentais e para o fortalecimento dos mecanismos democráticos de accountability.



Entretanto, embora exista uma produção acadêmica significativa sobre violência policial, vitimização e segurança pública, ainda fazem-se necessários estudos empíricos comparativos que investigam simultaneamente as dinâmicas da letalidade policial e a atuação do Ministério Público no exercício do controle externo da atividade policial. Também é importante aprofundar-se em pesquisas que buscam compreender como diferentes atores — representantes da segurança pública, agentes do sistema de justiça e organizações da sociedade civil — interpretam esse fenômeno, avaliam seus determinantes e percebem os mecanismos institucionais de controle existentes.

Diante desse cenário, a presente pesquisa propõe analisar comparativamente cinco estados brasileiros, buscando compreender as dinâmicas da letalidade policial a partir das percepções e respostas institucionais construídas por atores da segurança pública, da sociedade civil, do sistema de justiça e do Ministério Público, bem como examinar a atuação ministerial no exercício do controle externo da atividade policial. Ao integrar diferentes perspectivas e contextos institucionais, o estudo pretende contribuir para o avanço do conhecimento sobre o tema e para a formulação de recomendações voltadas ao aprimoramento das práticas ministeriais, ao fortalecimento dos mecanismos de controle democrático e à construção de políticas públicas orientadas à proteção da vida e à redução da violência policial letal.

Além de sua relevância acadêmica, a pesquisa possui aplicação prática direta para o Ministério Público da União e para os Ministérios Públicos Estaduais, ao produzir evidências capazes de subsidiar estratégias institucionais, protocolos de atuação e iniciativas de aperfeiçoamento do controle externo da atividade policial, contribuindo para uma atuação mais efetiva na prevenção de violações de direitos humanos e na promoção da accountability das instituições de segurança pública.

1.3. Benefícios

1.3.1. Benefícios ao MPU: O estudo oferecerá insumos estratégicos e dados analíticos para aprimorar o controle externo da atividade policial exercido pelo Ministério Público, contribuindo para a inovação institucional, a prevenção de abusos e a promoção de políticas públicas de segurança baseadas em direitos humanos.



1.3.2. Benefícios à sociedade e ao público-alvo: A pesquisa também beneficiará a sociedade e grupos vulnerabilizados, estimulando o diálogo entre o sistema de justiça, a sociedade civil e os movimentos sociais. Ademais, indiretamente, espera-se que os resultados auxiliem na redução da mortalidade decorrente de intervenções policiais.

1.4. Pertinência Científica e Inovação

A pesquisa proposta insere-se no campo dos estudos empíricos sobre letalidade policial no Brasil, tema que tem recebido crescente atenção da literatura nacional desde o processo de redemocratização. As contribuições acadêmicas produzidas nas últimas décadas permitiram avanços importantes na compreensão dos padrões de uso da força policial, dos perfis das vítimas e dos fatores associados à violência estatal letal. Entretanto, parte significativa dessa produção permanece concentrada em estados como São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, havendo menor acúmulo de conhecimento sobre outras realidades estaduais e sobre as respostas institucionais construídas diante desse fenômeno.

Nesse contexto, a presente pesquisa busca ampliar o debate ao analisar comparativamente cinco estados brasileiros — Distrito Federal, Bahia, Rio Grande do Norte, Amapá e São Paulo — que apresentam diferentes padrões de letalidade policial, contextos institucionais e configurações de segurança pública. A comparação entre estados com níveis distintos de letalidade possibilita identificar fatores institucionais, territoriais e sociais associados ao fenômeno, bem como compreender as diferentes estratégias de enfrentamento e controle desenvolvidas em cada contexto.

Além de contribuir para o avanço do conhecimento sobre a letalidade policial, a pesquisa busca aprofundar o entendimento sobre a atuação do Ministério Público no exercício do controle externo da atividade policial. Ao incorporar as perspectivas de atores da segurança pública, do sistema de justiça e da sociedade civil, a pesquisa pretende compreender não apenas as dinâmicas da letalidade policial, mas também os mecanismos institucionais de controle, responsabilização e prevenção mobilizados diante desse fenômeno. Dessa forma, espera-se produzir evidências capazes de subsidiar o aperfeiçoamento do controle externo da atividade policial, fortalecer os mecanismos democráticos de accountability e contribuir para a



formulação de políticas públicas voltadas à proteção da vida e à redução da violência policial letal.

1.5. Questão de Pesquisa

Como se configuram as dinâmicas da letalidade policial em diferentes estados brasileiros e qual é o papel do Ministério Público no exercício do controle externo da atividade policial nesses contextos?

1.6. Relação com os Eixos Temáticos e Transversais

a) Eixo temático

Segurança Pública, Criminologia e Cidadania: ao investigar as dinâmicas da letalidade policial e o papel do Ministério Público no controle externo da atividade policial.

b) Eixos Transversais

Direitos Humanos: adota parâmetros do Direito Internacional e marcos da Organização das Nações Unidas (ONU) e da Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte IDH), promovendo harmonização normativa e boas práticas institucionais;

Gênero, raça e etnia: incorpora análise interseccional (raça, gênero, idade, território), evidenciando desigualdades e racismo institucional;

Internacionalização: estabelece diálogo com padrões internacionais, fortalecendo a inserção da ESMPU em redes globais de pesquisa;

Melhoria Institucional: gera instrumentos aplicáveis e sustentáveis para aprimorar eficiência, transparência e integração entre ramos do MPU;

Responsabilidade Social: valoriza a escuta de comunidades vulnerabilizadas e familiares de vítimas, reforçando o controle social e a cultura de respeito à dignidade humana.

2) Objetivos

Objetivo geral: Compreender as dinâmicas da letalidade policial em cinco estados brasileiros, a partir das percepções e respostas institucionais de atores da segurança pública, da sociedade civil e do sistema de justiça, bem como analisar a atuação do Ministério Público no exercício do controle externo da atividade policial nesse contexto.



Objetivos específicos:

- Identificar os fatores institucionais, territoriais e sociais que influenciam os padrões de letalidade policial nos cinco estados analisados.
- Analisar dinâmicas territoriais da vitimização pela violência policial letal, considerando a interseção entre raça, gênero, condição socioeconômica e território.
- Examinar a atuação do Ministério Público no exercício do controle externo da atividade policial nos estados analisados, identificando estratégias, desafios, limites institucionais e boas práticas.
- Propor diretrizes e recomendações para o aprimoramento da atuação ministerial e para a formulação de políticas de segurança pública orientadas à proteção da vida e à redução da letalidade policial.

3. Metodologia

A abordagem metodológica adotada é a Grounded Theory (Teorização Enraizada), que permite inferir relações e construir teoria a partir dos dados coletados em campo (Glaser & Strauss, 2007; Laperrière, 2008). Essa estratégia possibilita uma análise comparativa na qual a coleta, a codificação e a análise dos dados ocorrem de forma concomitante, garantindo que as interpretações emergentes permaneçam enraizadas nas narrativas, experiências e práticas dos participantes.

O estudo será multissituado e multimétodo, com coleta de dados em cinco unidades federativas das regiões Norte, Nordeste, Sudeste e Centro-Oeste — Amapá, Bahia, Rio Grande do Norte, São Paulo e Distrito Federal — selecionadas por apresentarem distintos padrões de letalidade policial segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública (FBSP, 2025). A seleção contempla contextos de baixa, média e alta incidência do fenômeno, possibilitando a comparação entre diferentes arranjos institucionais, práticas de controle e dinâmicas sociais relacionadas à violência policial letal.

O método principal de coleta de dados será a entrevista narrativa em profundidade, aplicada a três grupos de atores diretamente relacionados ao fenômeno investigado: (1) atores institucionais vinculados ao sistema de justiça (2) profissionais vinculados aos órgãos de



segurança pública; e (3) representantes da sociedade civil com atuação ou experiência relacionada ao tema da letalidade policial.

A pesquisa foi submetida e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade de Brasília (CEP/UnB), conforme Parecer nº 8.400.845, emitido pelo Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília. Todos os procedimentos de coleta e tratamento dos dados observarão os princípios éticos aplicáveis às pesquisas envolvendo seres humanos, incluindo consentimento livre e esclarecido, confidencialidade das informações e anonimização dos participantes.

Aspectos Éticos da Pesquisa

A pesquisa observará integralmente os princípios éticos aplicáveis às pesquisas envolvendo seres humanos, com especial atenção à proteção da identidade dos participantes, à confidencialidade das informações prestadas e ao consentimento livre e esclarecido dos entrevistados.

Considerando que o estudo envolve entrevistas com seres humanos e temática sensível relacionada à letalidade policial e ao controle externo da atividade policial, serão adotadas medidas específicas para assegurar a proteção dos participantes e minimizar potenciais riscos decorrentes da participação na pesquisa.

Todos os entrevistados serão convidados a ler e assinar o termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE – modelo em anexo) e a pesquisa buscará autorização das organizações policiais e das procuradorias gerais em todos os estados que serão palco da pesquisa, logo após a data de aprovação do projeto por comitê de ética em pesquisa. Além do TCLE e das autorizações formais, os entrevistadores, logo antes do início dos procedimentos, vão informar os entrevistados sobre o desinteresse da pesquisa por informações sigilosas e sobre a adoção de procedimento de anonimização – descrito adiante, na seção de análise de dados – no sentido de preservar o anonimato e a segurança de entrevistados, pesquisadores e pessoas referidas nas entrevistas. Para o anonimato do conjunto de dados, contribui também o tamanho da amostra de entrevistados, em decorrência do princípio da saturação, que faz com que informações pessoais e contextuais particulares possam “desaparecer” em meio a um conjunto de dados



amplo e internamente diversificado. Igualmente, os participantes serão informados dos objetivos e riscos relativos à pesquisa, deverão assinar o TCLE e comunicar a possibilidade de desistência da participação na pesquisa posteriormente à coleta de dados.

Avaliação de Riscos e Medidas de Mitigação

A presente pesquisa envolve riscos éticos inerentes à realização de entrevistas com atores institucionais que atuam em funções estratégicas no sistema de justiça, segurança pública e controle da atividade policial. Considerando a natureza sensível do tema — letalidade policial — e o perfil dos participantes, foram identificados e avaliados os riscos listados a seguir.

3.1. Risco de identificação indireta dos participantes

Diante dos objetivos da pesquisa, de analisar práticas institucionais que podem ser consideradas sensíveis, não será possível evitar o recrutamento de profissionais especializados. Isso pode implicar, de fato, no risco de identificação indireta dos participantes pelos seus pares. O desafio é, portanto, equalizar a responsabilidade de transparência dos serviços públicos, prevista na Lei de Acesso à Informação (BRASIL, 2011)¹, o direito à privacidade no uso de dados pessoais (em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), e a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso à informações previsto na Constituição Federal e dá outras providências.

O projeto de pesquisa indicou que, ainda que não haja identificação nominal dos participantes, existe a possibilidade de identificação indireta a partir da combinação de informações como área de atuação, unidade federativa, órgão de vinculação e contexto institucional. Reforça-se que os órgãos públicos devem prestar “informação sobre atividades exercidas pelos órgãos e entidades, inclusive as relativas à sua política, organização e serviços”, “à implementação, acompanhamento e resultados dos programas, projetos e ações dos órgãos e entidades públicas, bem como metas e indicadores propostos” e “à implementação, acompanhamento e resultados dos programas, projetos e ações dos órgãos e entidades públicas, bem como metas e indicadores propostos” (BRASIL, 2011). Para compatibilizar as dimensões elencadas, é necessário reforçar aos participantes que o risco mínimo de identificação indireta existe, mesmo que os esforços da equipe de pesquisa estejam direcionados à anonimização dos sujeitos. De modo a reduzir esse potencial prejuízo, propomos as seguintes medidas de proteção:



3.1.1 Medidas de mitigação:

Será reforçado de forma clara e inequívoca o direito dos participantes de retirar seu consentimento e interromper a participação na pesquisa a qualquer momento, bem como optar por não responder a quaisquer questões que lhe cause incômodo, sem qualquer prejuízo;

- Não serão divulgados nomes, cargos, funções detalhadas, locais de lotação institucional, unidades federativas dos entrevistados ou qualquer informação que permita a identificação individual imediata pelos pares;
- As referências aos participantes serão feitas de forma agregada, utilizando categorias amplas e não identificáveis, tais como “atores institucionais do sistema de justiça”, “profissionais vinculados ao sistema de segurança pública” e “agentes da sociedade civil com experiência em políticas públicas e direitos humanos”, evitando qualquer classificação que permita inferência sobre cargo, função específica ou posição institucional;
- Serão evitadas menções a datas e locais específicos em que foram realizadas as entrevistas que possam permitir inferência imediata de identidade;

3.2 Risco institucional e de exposição de práticas organizacionais

A pesquisa possui caráter institucional e analítico, voltado à compreensão de práticas, dinâmicas sociais e arranjos organizacionais relacionados ao controle da atividade policial. Nesse sentido, há risco de exposição de práticas institucionais sensíveis, como critérios informais ou operacionais, protocolos internos, dinâmicas hierárquicas, interações entre atores institucionais etc. É fundamental reiterar que a pesquisa não tem por objetivo avaliar condutas individuais, mas compreender as dinâmicas institucionais em perspectiva comparada. A equipe valoriza a autonomia dos participantes, que é balizada pela disponibilidade para dialogar sobre as diferentes dúvidas que o projeto de pesquisa possa ensejar antes, durante e depois das entrevistas.

3.2.1 Medidas de mitigação:

- Garantir a disponibilidade da equipe pesquisadora para sanar dúvidas e dificuldades que os participantes tenham sobre os dados e as informações por eles prestados;
- A análise será realizada em nível institucional e sistêmico, sem individualização de falas e condutas;



ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
Programa de Bolsas de Pesquisas Científicas

- As informações serão tratadas de forma analítica, contextualizada e não acusatória;
- Não haverá exposição de informações sigilosas ou estratégicas aos órgãos;
- Os dados serão apresentados de forma comparativa e agregada, evitando a imputação direta de responsabilidade a unidades institucionais específicas;
- Não serão publicizadas informações sensíveis que não estejam relacionadas ao fenômeno da letalidade policial.

3.3. Risco profissional

Os participantes podem, ainda que indiretamente, manifestar percepções críticas sobre práticas institucionais, o que pode gerar risco reputacional no ambiente profissional. Os riscos reputacionais decorrentes de manifestações críticas sobre práticas institucionais serão mitigados por meio de anonimização, tratamento agregado das informações, supressão de elementos identificadores e controle restrito de acesso aos dados, diminuindo a possibilidade de associação entre falas e participantes ou unidades institucionais específicas.

3.3.1. Medidas de mitigação:

- Reforçar estratégias de anonimização, como remover ou generalizar (se necessário) referências às instituições, cargos e atividades;
- Reforçar a confidencialidade dos dados, especialmente por meio do armazenamento seguro;
- Privilegiar o uso de paráfrases, especialmente sobre falas sensíveis, de modo a evitar identificações indiretas;
- Supressão de elementos identificadores nas transcrições e nos produtos finais;
- Possibilidade de o participante optar por não responder a perguntas consideradas incômodas por ele;
- Possibilidade de interrupção da entrevista a qualquer momento, sem prejuízo.

3.4. Risco de retaliação

Considerando o caráter sensível do tema, há risco potencial de que opiniões expressas possam, em tese, gerar desconforto institucional ou interpessoal. No entanto, a pesquisa não tem como foco a responsabilização de agentes ou a apuração de condutas individuais, mas sim a análise de padrões institucionais ao longo do tempo.

Adicionalmente, ressalta-se que:



- As análises considerarão dimensões estruturais e institucionais, não sendo atribuídas a gestões específicas;

3.4.1. Medidas de mitigação:

- Anonimização rigorosa dos participantes;
- Não associação de falas a indivíduos ou posições específicas;
- Foco analítico em padrões sociais, políticas públicas e processos institucionais e não em condutas individuais;
- Uso de linguagem técnica e não imputativa nos produtos da pesquisa.

3.5. Risco emocional ou psicológico

A discussão sobre letalidade policial pode gerar desconforto emocional, especialmente em participantes que tenham vivenciado situações sensíveis.

3.5.1. Medidas de mitigação:

- Possibilidade de recusa em responder qualquer pergunta;
- Possibilidade de interrupção da participação a qualquer momento;
- Caráter predominantemente não-diretivo dos roteiros de entrevista (apensos ao projeto), o que pode favorecer a reelaboração terapêutica de vivências desconfortáveis;
- Ausência de qualquer tipo de pressão ou indução de respostas;
- Disponibilidade da equipe para articulação com serviços de saúde mental, caso seja necessário.

3.6 Procedimentos de armazenamento e segurança dos dados

Os dados coletados (áudios, transcrições e registros de campo) serão armazenados de forma segura e restrita.

3.6.1 Medidas adotadas:

- Armazenamento em serviço de nuvem institucional seguro (ex.: Google Drive institucional ou plataforma equivalente), com acesso controlado por permissões individuais;
- Restrição de acesso aos dados brutos (áudios, registros e documentos), que não serão compartilhados com terceiros em nenhuma hipótese;
- Organização dos arquivos com identificação codificada, sem associação direta com os participantes;
- Armazenamento dos dados pelo período de 5 (cinco) anos, conforme diretrizes éticas aplicáveis;



- Eliminação de dados pessoais comuns dos participantes assim que as entrevistas tenham sido gravadas, organizadas e armazenadas;
- Não coleta de dados sensíveis (como origem como origem racial e étnica, opiniões políticas, filiação a sindicatos, dados de saúde e sexualidades), não havendo necessidade de guarda ou tratamento dessas informações;
- Realização das análises ocorrerá a partir de dados previamente anonimizados, com supressão de quaisquer elementos identificáveis. No que se refere ao registro das entrevistas:
- A gravação em áudio ou vídeo será realizada apenas mediante consentimento expresso do participante;
- O participante poderá optar por não autorizar a gravação, caso em que a coleta de dados será realizada por meio de anotações em diário de campo;
- O participante poderá, a qualquer momento, solicitar a interrupção da gravação ou da entrevista, sem qualquer prejuízo.

3.7. Observação em campo

A observação direta será realizada de forma não participante, com caráter exclusivamente acadêmico e analítico, sem interferência nas atividades regulares das instituições observadas. Essa etapa ocorrerá em instituições previamente autorizadas, cujas características serão descritas de forma generalizada, evitando a identificação direta ou indireta dos locais e dos sujeitos envolvidos. Em atenção ao parecer do Comitê de Ética, que indicou a necessidade de explicitar melhor os cuidados éticos a serem tomados na observação direta, destaca-se que ela é complementar e propõe-se a contextualizar as práticas institucionais identificadas. Importante afirmar que não é possível, neste momento, definir quais atividades serão efetivamente observadas.

3.7.1. Medidas adotadas

- Autorização institucional para observação;
- Apresentação e identificação da equipe pesquisadora a todos os participantes das atividades observadas;
- Consentimento livre e esclarecido com anuência oral para permissão de permanência da equipe nas ações observadas.

4 Produtos, serviços e impactos esperados



4.1 Produtos esperados

- Relatórios analíticos (parcial e final) com resultados qualitativos e comparativos;
- Artigo científico sobre o papel do Ministério Público no controle externo da atividade policial;
- Guia de boas práticas com recomendações baseadas em evidências; e devolutiva institucional ao CNMP com subsídios para diretrizes nacionais de prevenção da letalidade policial e fortalecimento da accountability democrática.

4.2 Impactos esperados

A pesquisa aprimorará os procedimentos de acompanhamento e fiscalização de casos de letalidade policial, subsidiando a criação de protocolos unificados de investigação e responsabilização e fortalecendo a atuação preventiva do Ministério Público. No campo científico, preencherá lacunas sobre o papel institucional do MP no enfrentamento à letalidade policial, gerando artigos e materiais técnicos para a ESMPU e a comunidade acadêmica. Socialmente, contribuirá para reduzir a impunidade e a violência letal, ampliando o diálogo interinstitucional e promovendo uma cultura de prevenção da violência de Estado e valorização da vida.

Cronograma

Mês/Ano	Meta	Ações
Junho/2026	Aproximações com campo de pesquisa	Aproximação exploratória dos softwares Turbo Scribe e Orange; Pesquisa bibliográfica: primeira fase (levantamento, curadoria e sistematização); Solicitação das cartas de aceite institucional; Contato com os potenciais entrevistados; Testes dos pré-instrumentos de entrevista.
Julho/2026	Aproximações com campo de pesquisa	Aproximação exploratória dos softwares Turbo Scribe e Orange;



ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
Programa de Bolsas de Pesquisas Científicas

		<p>Pesquisa bibliográfica: primeira fase (levantamento, curadoria e sistematização);</p> <p>Solicitação das cartas de aceite institucional;</p> <p>Contato com os potenciais entrevistados;</p> <p>Testes dos pré-instrumentos de entrevista;</p> <p>Ajustes no desenho metodológico, se necessário.</p>
Agosto/2026	Entrega nº 1 (Relatório trimestral)	<p>Produto: relatório da primeira fase da revisão bibliográfica (mapeamento e sistematização) e validação dos instrumentais pós-testes.</p> <p>Solicitação das cartas de aceite institucional;</p> <p>Contato com os potenciais sujeitos de pesquisa a serem entrevistados;</p> <p>Pesquisa bibliográfica.</p>
Setembro/2026	Aproximações com campo de pesquisa	<p>Pesquisa documental (normativas dos Ministérios Públicos, Orientações Técnicas dos diversos órgãos de Justiça e Segurança Pública, Produções da sociedade civil): início.</p> <p>Pesquisa bibliográfica: redação da revisão da literatura levantada.</p> <p>Contato com os potenciais sujeitos de pesquisa a serem entrevistados;</p> <p>Preparação da pesquisa de campo no RN (contato com sujeitos, agendamento de ações etc.);</p> <p>Pesquisa de campo no AP: preparação (contato com sujeitos, agendamento de ações etc.).</p> <p>Solicitação de passagens e diárias para Amapá.</p>
Outubro/2026	Coleta de dados empíricos	<p>Pesquisa documental (normativas dos Ministérios Públicos, Orientações Técnicas dos diversos órgãos de Justiça e Segurança Pública, Produções da sociedade civil): continuação.</p> <p>Pesquisa bibliográfica: redação da revisão da literatura levantada.</p> <p>Planejamento da proposta do artigo nº 1;</p> <p>Contato com os potenciais sujeitos de pesquisa a serem entrevistados ;</p>
Novembro/2026	Entrega nº 2 (Relatório trimestral)	<p>Produto: relatório contendo:</p> <ol style="list-style-type: none">Revisão bibliográfica consolidada;Plano de artigo nº 1.



ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
Programa de Bolsas de Pesquisas Científicas

		<p>Contato com os potenciais sujeitos de pesquisa a serem entrevistados;</p> <p>Pesquisa de campo em AP (entrevistas, observações);</p>
Dezembro/2026	Coleta de dados empíricos	<p>Contato com os potenciais sujeitos de pesquisa a serem entrevistados;</p> <p>Pesquisa de campo no DF: preparação (contato com sujeitos, agendamento de ações etc.);</p> <p>Pesquisa de campo no RN: continuação.</p> <p>Escrita de artigo nº 1, a ser submetido a uma revista acadêmica.</p>
Janeiro/2027	Coleta e sistematização de dados empíricos	<p>Contato com os potenciais sujeitos de pesquisa a serem entrevistados;</p> <p>Pesquisa de campo no DF: início (entrevistas, observações);</p> <p>Escrita de artigo nº 1, a ser submetido a uma revista acadêmica.</p>
Fevereiro/2027	Entrega nº 3 (Relatório trimestral)	<p>Produto: relatório da pesquisa empírica com dados parciais coletados.</p> <p>Contato com os potenciais sujeitos de pesquisa a serem entrevistados;</p> <p>Escrita de artigo nº 1, a ser submetido a uma revista acadêmica.</p> <p>Solicitação de passagens e diárias para São Paulo.</p>
Março/2027	Coleta e sistematização de dados empíricos	<p>Pesquisa de campo no DF: continuação</p> <p>Contato com os potenciais sujeitos a serem entrevistados e agendamento das entrevistas;</p> <p>Continuidade da realização de entrevistas virtuais referentes aos estados em que a pesquisa foi iniciada, se necessário;</p> <p>Escrita de artigo nº 1, a ser submetido a uma revista acadêmica.</p>
Abril/2027	Coleta e sistematização de dados empíricos	<p>Pesquisa de campo em SP: preparação (contato com sujeitos, agendamento de ações etc.)</p> <p>Contato com os potenciais sujeitos a serem entrevistados e agendamento das entrevistas;</p> <p>Continuidade da realização de entrevistas virtuais referentes aos estados em que a pesquisa foi iniciada, se necessário;</p>



ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
Programa de Bolsas de Pesquisas Científicas

		Escrita de artigo nº 1, a ser submetido a uma revista acadêmica. Solicitação de passagens e diárias para a Bahia.
Maio/2027	Entrega nº 4 (Relatório trimestral)	Produto: Artigo em formato pré-print, juntamente com comprovante de submissão. Envio de 1 (um) comprovante de submissão do artigo científico. Contato com os potenciais sujeitos a serem entrevistados e agendamento das entrevistas; Pesquisa de campo em São Paulo
Junho/2027	Sistematização e análise de dados	Coleta de Dados e realização das entrevistas: continuação em AP, BA, DF, RN e SP, se necessário após viagens. Transcrição das entrevistas; Codificação livre dos dados.
Julho/2027	Sistematização e análise de dados	Coleta de Dados e realização das entrevistas: continuação em AP, BA, DF, RN e SP, se necessário após viagens. Transcrição das entrevistas; Codificação livre dos dados.
Agosto/2027	Entrega nº 5 (Relatório trimestral)	Produto: Relatório com categorias oriundas da codificação livre. Apresentação de relatório trimestral com informações sobre o cumprimento do cronograma, dados parciais categorizados.
Setembro/2027	Projeto de Extensão e análise de dados	Produto: apresentação de proposta de atividade de extensão. Sistematização dos dados/ Codificação axial; Elaboração de proposta de artigo.
Outubro/2027	Análise de dados	Sistematização dos dados/Codificação axial; Escrita do segundo artigo referente à fase da pesquisa: início para a ESMPU.
Novembro/2027	Entrega nº 6 (Relatório trimestral)	Produto: Envio de 1 (uma) proposta de artigo (título de artigo com seu objetivo). Relatório Trimestral de atividades; Organização da atividade de extensão: início.



ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
Programa de Bolsas de Pesquisas Científicas

Dezembro/2027	Análise e sistematização de dados	Teste e análise do software Orange; Escrita do segundo artigo referente à fase da pesquisa: continuação (ESMPU); Organização da atividade de extensão: continuidade
Janeiro/2028	Análise e sistematização de dados	Sistematização dos dados/ Codificação seletiva; Escrita do segundo artigo referente à fase da pesquisa: continuação (ESMPU). Organização da atividade de extensão.
Fevereiro/2028	Entrega nº 7 (Relatório trimestral)	Produto: entrega de projeto de extensão com informações de datas, atividades, participantes, instrutores etc. Entrega de relatório trimestral com informações sobre o andamento das atividades de pesquisa.
Março/2028	Análise e sistematização de dados	Codificação seletiva: continuação; Escrita do segundo artigo: continuação (ESMPU).
Abril/2028	Entrega nº 8 (Relatório trimestral)	Consolidação do processo de codificação. Produto: Relatório com andamento do artigo (categorias analisadas até o momento, informações estruturadas)
Maiio/2028	Projeto de Extensão	Produto 1: Realização da atividade de extensão sobre os resultados da pesquisa. Produto 2: Envio de artigo em formato pré-print, juntamente com 01 (um) comprovante de submissão à revista da ESMPU.
Junho/2028	Relatório de encerramento	Produto: envio de relatório final de pesquisa.

1.10. Despesas de custeio (diárias e passagens)

1. Serviço: Pesquisa de campo e entrevistas presenciais (Amapá)

Descrição: Coleta de dados - realização de entrevistas, observações, contatos institucionais e com a sociedade civil

Justificativa: O estado do Amapá foi incluído como etapa prioritária da pesquisa em razão da gravidade dos indicadores relacionados à letalidade policial e das especificidades institucionais e territoriais que envolvem a atuação dos órgãos de segurança pública e do sistema de justiça na região Norte do país. A realização de entrevistas presenciais no estado mostra-se metodologicamente relevante para compreender, de forma contextualizada, os fatores sociais, institucionais e territoriais associados ao fenômeno investigado.



O contato presencial com atores institucionais, representantes da sociedade civil, pesquisadores e profissionais diretamente relacionados ao tema possibilita a construção de vínculos de confiança e a criação de um ambiente mais adequado para a realização de entrevistas sensíveis e trocas qualificadas de informações. Considerando que a pesquisa aborda temas relacionados a direitos humanos, violência institucional e controle externo da atividade policial, a aproximação presencial contribui para ampliar a escuta qualificada, reduzir barreiras de comunicação e favorecer a compreensão das dinâmicas locais e das percepções dos participantes acerca da atuação institucional.

Além das entrevistas, a presença em campo permitirá a realização de observações diretas sobre os contextos sociais e institucionais relacionados ao objeto da pesquisa, possibilitando análise mais aprofundada e contextualizada dos dados coletados. A atividade também é relevante para o fortalecimento da articulação com organizações da sociedade civil e instituições locais, contribuindo para a diversidade de perspectivas, a consistência metodológica da pesquisa e a produção de evidências empíricas mais sensíveis às particularidades regionais do fenômeno estudado.

Etapa da Pesquisa	Período previsto	Valor Estimado
Pesquisa de campo	Novembro/2026	Passagem: R\$ 1.784,00
		05 diárias pesquisador: R\$ 6.000,00
		Total previsto: R\$ 7.784,00

4. Serviço: Pesquisa de campo e entrevistas presenciais na Bahia

Descrição: Coleta de dados - realização de entrevistas, observações, contatos institucionais e com a sociedade civil

Justificativa: A realização da viagem de campo à Bahia em julho de 2027 mostra-se necessária para a continuidade da etapa de coleta, validação e aprofundamento analítico dos dados da pesquisa, especialmente por meio da realização de entrevistas, reuniões técnicas e interlocuções institucionais com pesquisadores, especialistas, autores da área de segurança pública, integrantes do sistema de justiça e representantes de organizações da sociedade civil.

A Bahia permanece como um dos estados mais relevantes para o desenvolvimento da pesquisa em razão da gravidade dos indicadores relacionados à letalidade policial, destacando-se nacionalmente pelos elevados números absolutos de ocorrências. Nesse contexto, a etapa presencial possui importância estratégica para aprofundar a compreensão das dinâmicas institucionais, sociais e territoriais relacionadas ao fenômeno investigado, especialmente no que se refere ao controle externo da atividade policial, às políticas de segurança pública e aos mecanismos institucionais de responsabilização e proteção de direitos humanos.

O contato presencial é especialmente relevante diante da complexidade e da sensibilidade do objeto da pesquisa, possibilitando maior aproximação institucional, fortalecimento de vínculos de confiança e ampliação da escuta qualificada. A interação direta com



profissionais, pesquisadores e atores sociais envolvidos com a temática favorece a obtenção de informações contextualizadas, a compreensão das especificidades locais e regionais e a identificação de perspectivas críticas e experiências institucionais relevantes para o estudo.

Além das entrevistas, a atividade possibilitará a realização de observações e reuniões institucionais voltadas à consolidação das análises produzidas ao longo da pesquisa, contribuindo para o refinamento metodológico, para a validação das informações coletadas em etapas anteriores e para a consistência técnica e científica do trabalho desenvolvido.

Etapa da Pesquisa	Período previsto	Valor
Pesquisa de campo	Junho 2027	Passagem: R\$ 1.784,00
		05 diárias pesquisador: R\$ 6.000,00
		Total previsto: R\$ 7.784,00

5. Serviço: Pesquisa de campo e entrevistas presenciais em São Paulo

Descrição: Coleta de dados - realização de entrevistas, observações, contatos institucionais e com a sociedade civil

Justificativa: A pesquisa tem caráter qualitativo e tem como cerne a realização de análise comparativa dos fatores associados à letalidade policial, a partir de abordagem multifatorial. O contato presencial com atores institucionais próximos ao fenômeno pesquisado possibilita a construção de vínculos de confiança e a criação de um ambiente mais adequado para a realização de entrevistas e trocas qualificadas de informações.

Considerando que a pesquisa aborda temas relacionados a direitos humanos, violência institucional e controle externo da atividade policial, a aproximação presencial contribui para ampliar a escuta qualificada, reduzir barreiras de comunicação e favorecer a compreensão das dinâmicas locais, dos contextos territoriais e das percepções dos participantes acerca da atuação institucional.

O estado de São Paulo foi escolhido por ter apresentado o maior crescimento dessa taxa no período entre as medições de 2023 e 2024: 60,9%. Na cidade de São Paulo, estão localizadas estruturas do sistema de justiça relevantes no tema, como o Grupo de atuação especial da Segurança Pública e Controle Externo da Atividade Policial - GAESP e o Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos, da Defensoria Pública. Ainda, algumas das maiores instituições de pesquisa no tema e de movimentos sociais encontram-se em São Paulo, como o Grupo Mães de Maio, o Fórum Popular de Segurança Pública e Política de Drogas de São Paulo, o Observatório das Violências Policiais e Direitos Humanos - PUC/SP, a Conectas Direitos Humanos, entre outros.

Considerando a natureza sensível da temática, a realização de entrevistas e contatos presenciais em São Paulo mostra-se metodologicamente necessária para garantir maior profundidade analítica, construção de confiança e qualificação das informações obtidas. Estudos sobre violência policial apontam que o tema envolve dimensões institucionais, sociais e subjetivas complexas, frequentemente marcadas por receio de exposição, constrangimentos institucionais e riscos percebidos pelos interlocutores, como indicado neste projeto de pesquisa.



Além das entrevistas, a presença em campo permitirá a realização de observações diretas sobre os contextos sociais e institucionais relacionados ao objeto da pesquisa, possibilitando uma análise mais aprofundada e contextualizada dos dados coletados. A atividade também é importante para o fortalecimento da articulação com organizações da sociedade civil e instituições locais, etapa relevante para garantir a diversidade de perspectivas e a consistência metodológica da pesquisa.

Etapa da Pesquisa	Período previsto	Valor
Pesquisa de campo	Maio/2027	Passagem pesquisadora 1: R\$ 1.784,00
		Passagem pesquisadora 2: R\$ 1.784,00
		5 diárias pesquisadora 1: R\$ 6.000,00
		5 diárias pesquisadora 2: R\$ 6.000,00
		Total: R\$ 15.568,00
Valor total de diárias e passagens		R\$ 31.136,00

Referências bibliográficas

BAYLEY, D. H. **Padrões de policiamento**. São Paulo: EDUSP, 2017.

BOURDIEU, P.; CHAMBOREDON, J. C.; PASSERON, J. C. **Ofício de sociólogo: metodologia de pesquisa em sociologia**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2005.

CALDEIRA, T. P. R. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. São Paulo: Edusp, 2000.

CANO, I. **Letalidade da ação policial no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: ISER, 1997.

COLLINS, P. H. **Bem mais que ideias: a interseccionalidade como teoria social crítica**. São Paulo: Boitempo, 2022.

CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS (CORTE IDH). **Caso Favela Nova Brasília vs. Brasil. Sentença de 16 de fevereiro de 2017**. Série C, n. 333. San José, Costa Rica, 2017. Disponível em: https://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_333_por.pdf. Acesso em: 25 out. 2025.



CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS (CORTE IDH). **Caso González y otras (“Campo Algodonero”) vs. México**. Sentença de 16 de novembro de 2009. Série C, n. 205. San José, Costa Rica, 2009. Disponível em: https://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_205_por.pdf. Acesso em: 25 out. 2025.

FERREIRA, P. S. **Como abrir a caixa de Pandora?: estratégias metodológicas para o estudo da polícia que mata**. Revista de Estudos Empíricos do Direito, vol. 6, n. 1, 2019.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública – 2024**. São Paulo: FBSP, 2025.

GLASER, B.; STRAUSS, A. **The discovery of grounded theory: strategies for qualitative research**. New Brunswick-EUA: Aldine Transaction, 2007.

LAPERRIÈRE, A. **A teorização enraizada (grounded theory): procedimento analítico e comparação com outras abordagens similares**. In: POUPART, J.; et al. A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis-RJ: Vozes, 2008. p. 353-385.

LEEDS, E. **Serving states and serving citizens: halting steps toward police reform in Brazil and implications for donor intervention**. Police & Society, v. 17, n. 1, p. 21-37, março de 2007.

MACEDO, H. DE L. DOS S.; CEDRO, A. S. DOS S.; BATITUCCI, E. C.. **Letalidade Policial e Viés Racial em São Paulo e Minas Gerais**. Sociedade e Estado, v. 39, n. 2, p. e47967, 2024.

MBEMBE, A. **Necropolítica**. São Paulo: Boitempo, 2018.

MISSE, M.; GRILLO, C. C.; TEIXEIRA, C. P.; NERI, N. E. **Quando a polícia mata: homicídio por “autos de resistência” no Rio de Janeiro (2001-2011)**. Rio de Janeiro: Booklink, 2013.

MONTEIRO, L.; PEDROSA JR., J. L. **Letalidade policial no Brasil: uma revisão da literatura acadêmica**. Confluências, vol. 24, n. 2, 2022.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Diretrizes para a Prevenção e Investigação Eficaz de Execuções Extrajudiciais, Arbitrárias e Sumárias – Protocolo de Minnesota**. Nova York: Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos



Humanos, 2016. Disponível em:
<https://www.ohchr.org/en/instrumentsmechanisms/instruments/minnesota-protocol-investigation-potentially-unlawful-death-2016>. Acesso em: 25 out. 2025.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Princípios Básicos sobre o Uso da Força e de Armas de Fogo pelos Funcionários Responsáveis pela Aplicação da Lei**. Havana: Oitavo Congresso das Nações Unidas para a Prevenção do Crime e o Tratamento dos Delinquentes, 1990. Disponível em:
<https://www.ohchr.org/en/instrumentsmechanisms/instruments/basic-principles-use-force-and-firearms-law-enforcement-officials>. Acesso em: 25 out. 2025.

PIEROBOM, T. A. **Controle externo da atividade policial pelo Ministério Público**. 2014. Tese (Doutorado em Direito) — Universidade de Lisboa, Lisboa-Portugal, 2014.

WACQUANT, L. **Punir os pobres: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos**. São Paulo: Boitempo, 2007.

ZILLI, L. F.; FIGUEIREDO, A. M.; CRUZ, M. V. G.; MARINHO, K. R. L. “**Visando repelir injusta agressão**”: uma sociologia dos accounts policiais e das investigações dos casos de letalidade policial em Minas Gerais. *Sociologias*, v. 25, p. e–soc118639, 2023.